

# LEMBRANÇAS DO PRIMEIRO GRAU

**Guilherme Augusto Caputo Bastos\***

**T**omei posse na magistratura trabalhista no dia 13 de dezembro de 1989 e, de pronto, fui atuar na 4ª JCJ de Brasília onde meu pai atuou por longo tempo como Juiz-Presidente e, já nas primeiras audiências, sempre lotadas de gente – advogados, estagiários, servidores ou mesmo curiosos –, enfrentei os primeiros embates com grandes advogados, dentre eles o Dr. Cláudio Penna Fernandez.

Das lembranças que tenho, uma delas é interessante, fruto de uma experiência que vivi, porque à época em que assumi a magistratura não tive antes passagem pela advocacia, sendo a audiência em si uma grande novidade na minha vida, embora filho de Juiz do Trabalho, como já disse.

Para me homenagear, o TRT da 10ª Região, logo após minha posse, lotou-me na 4ª JCJ de Brasília, juntamente com a Juíza também recém-empossada como eu, a colega já aposentada Maria Piedade, que nas horas de apuro iríamos alegar qualquer motivo para nos ausentar da sala de audiência por alguns instantes (beber água, tomar café, etc.) e assim o fazíamos a cada vez que nos víamos em total desespero. Foram poucas, graças a Deus, as vezes em que nos utilizamos desse procedimento.

Ocorreu, entretanto, uma situação inesperada, porque numa audiência de instrução, ainda no seu início, o Dr. Cláudio Penna apresentou oralmente um requerimento, de alta indagação, que deveria, até para preservar a continuação regular daquela audiência, ser resolvido naquele exato momento, e não tive tempo nem de mencionar o desejo de beber água ou café; fiz uma cara de “paisagem” como quem diz “não entendi bulhufas” e não conseguia me mover da cadeira.

O eminente amigo e advogado Cláudio Penna, percebendo o meu total constrangimento, e com um sentimento de total solidariedade ao meu desespero, prontamente se prontificou a apresentar o requerimento por escrito, dado a sua importância, e suspendemos o prosseguimento da audiência.

Final feliz!

---

\* *Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.*

Uma outra situação curiosa acabei vivendo na acolhedora cidade de Cuiabá, que, tempos depois, me receberia com caráter mais definitivo por 10 anos já como Desembargador.

Estávamos eu e o agora Desembargador Ricardo Alencar Machado, ambos em substituição na capital mato-grossense, respectivamente nas 1ª e 2ª JCs de Cuiabá.

A jornada era duríssima, questões muito particulares da região, fóruns bastante antigos e, por isso mesmo, com muito acúmulo de processos, e a função em torno do trabalho nos consumia as manhãs, as tardes e muitas das noites.

Numa dessas noites em que conseguimos alguns instantes de lazer, num jantar veio o assunto de como era difícil conduzir aquelas JCs, e falávamos exatamente na necessidade de implementar algumas regras de conduta para facilitar ou acelerar os trabalhos e, com isso, estabelecemos naquele momento um compromisso de nos doar ainda mais, só que com a seguinte aposta: o que chegasse ao final do mês com maior volume de trabalho acumulado (aí envolvendo decisões e despachos) pagaria o jantar para o outro e, à época, era um gasto considerável!

No dia seguinte cada um de nós reuniu sua equipe para estabelecer rigorosamente algumas alterações nas rotinas do trabalho diário, visando à celeridade na solução dos processos, mas cometemos o mesmo erro: ambos revelamos aos nossos assessores e assistentes que havia um compromisso com o colega da outra JC e que envolvia o pagamento de uma aposta, e que então esperávamos sair vitoriosos dessa empreitada.

A notícia correu rapidamente, embora não tivéssemos à época a tecnologia das redes sociais de hoje, mas todos os servidores das duas JCs imediatamente colocaram-se a postos para vencer aquele desafio. Vejam que eram amigos que trabalhavam juntos há muitos anos em Cuiabá, e passageiros éramos nós dois.

Com o passar dos dias, após o compromisso assumido, já podíamos verificar um clima diferente e inamistoso entre os servidores das JCs, o que acabou nos chamando a atenção.

Como exemplo, fazíamos nossas refeições na cozinha montada na sede das JCs, cuja comida era muito bem preparada por uma cozinheira que contratamos na cidade, e muitos dos servidores nos acompanhavam. Notamos, entretanto, que começaram a se revezar no almoço como se não quisessem se encontrar.

## 75 ANOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Percebendo algo estranho no ar, me reuni com o Juiz Ricardo Machado para tentar descobrir o que estava acontecendo, até estimulados que estávamos após uma discussão acalorada entre as duas Diretoras de Secretaria por uma questão absolutamente sem importância.

Resolvemos fazer “diligências” junto aos nossos servidores para tentar descobrir o que de fato estava levando àquele ambiente de hostilidade e, às vezes, falta de urbanidade, sem que nos viesse à mente nenhum motivo pelo menos aparente para tanto.

Qual não foi nossa surpresa ao nos depararmos com a seguinte notícia: ambos os grupos de servidores assumiram também entre eles o compromisso de não perder aquele embate e passaram quase a hostilizar os companheiros de trabalho para não correr o risco de mencionar alguma estratégia, números, alterações de rotina, enfim, detalhes que pudessem ajudar “o inimigo”. Lembrem-se de que eram apenas duas JCJs e que estavam no mesmo prédio na capital mato-grossense.

O tema extrapolou os limites das JCJs, passando até para os advogados, pois um deles, de que não me lembro o nome, questionou, de forma velada, se a dispensa de uma testemunha numa audiência de instrução estava relacionada à pressa que tinha para solucionar outros casos e fazer “número” para o compromisso com o Juiz Ricardo Machado.

Evidentemente, não poderíamos seguir com aquela aposta ou compromisso sob pena de maltratarmos ou contaminarmos um ambiente ótimo de trabalho e comprometer amizades já duradouras entre os colegas assistentes e das Diretoras de Secretaria.

Acabamos, pois, cancelando o compromisso, a aposta, antes do tempo, por isso estamos até hoje sem saber quem ganharia o jantar; à época, tinha convicção de que “pelo andar da carruagem” eu ficaria com o prêmio, mas, hoje, conhecendo mais de perto o trabalho do Desembargador Ricardo Alencar Machado, sua disposição invencível e sua organização impecável para o trabalho, devo ter perdido a aposta!

Final feliz também!

Em Cuiabá, vivi ainda situações bastante curiosas, com a constatação em audiência de que os trabalhadores por ali tinham uma parada para o “quebra torto” (alimentação forte no meio da manhã!), os operadores de “pare e siga” (placas de sinalização de “Pare” e “Siga” nas rodovias!), além de tantas outras expressões que sempre me encantaram e, talvez por esse sentimento de profundo carinho e respeito pelo Estado, acabei retornando com muito orgulho

como Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, quando da sua criação em 1992.

Na minha promoção para Presidente de JCJ fui destacado para Dourados, em Mato Grosso do Sul, onde a vida era muito intensa, tudo muito novo para mim e para minha família, mas tivemos como ponto alto a receptividade do povo douradense que nos acolheu desde o início (1º de abril de 1991, mas era verdade!) como legítimos filhos da terra, e ainda encontrei no colega Nicanor e sua família um porto seguro para nossa permanência na cidade.

Aí vivi talvez a mais rica das situações que um Juiz do Trabalho pode viver, pois numa destilaria que estava localizada na jurisdição de Dourados tivemos um problema seríssimo, e quando o assunto propriamente dito chegou a mim como Juiz do Trabalho já contávamos com algumas mortes de trabalhadores, ameaças a advogados e atuantes dos direitos humanos e patrimônio físico da indústria alcooleira destruído.

A princípio não eram assuntos afetos à Justiça do Trabalho, por óbvio, mas a situação era tão crítica – pois na sede da OAB em Dourados já tínhamos vários advogados e trabalhadores que estavam na condição de “refugiados” nessa instituição – que levou os administradores das cidades de Dourados, Rio Brillante e Campo Grande a se reunirem para tratar do problema e entenderam entre eles que eu poderia ser uma boa opção para sua solução.

Cheguei ao restaurante onde estavam, dei as explicações técnicas sobre a impossibilidade do meu envolvimento no caso dado a limitação da competência da Justiça do Trabalho, mas insistiam que encontrasse então uma forma de solucionar o problema juntamente com meus colegas da Justiça Comum da região, cuja base era a cidade de Dourados.

Foi nesse ínterim que, pensando juntamente com outras pessoas, encontramos a seguinte solução: um dos “refugiados” na OAB entraria com uma ação trabalhista, alegando problema de falta de pagamento das parcelas rescisórias (por exemplo!) e, com isso, estaria autorizado a ir à indústria e me inteirar presentemente do que estava ocorrendo e tentar solucionar aquele gravíssimo problema social e econômico para a região.

Encontrei na servidora Unídia, Oficial de Justiça, a coragem de irmos juntos notificar pessoalmente a empresa da apresentação da reclamação trabalhista; é curioso o Juiz do Trabalho acompanhar Oficial de Justiça na sua atividade, mas nesse caso era absolutamente a única possibilidade que eu tinha para conhecer e da forma mais urgente o problema.

## 75 ANOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Foi um tormento quando anunciei essa minha decisão juntamente com a Unídia: o Prefeito Braz Mello de Dourados colocou seus melhores agentes pessoais para acompanhar-me, sendo que um deles, que era bastante meu conhecido, levava uma mochila que até granada tinha, além de metralhadora, pistola e revólver, além de outros artefatos para a ocasião.

A diligente Polícia Federal, dirigida pelo Delegado Federal Delcy, colocou dois veículos e oito agentes fortemente armados para irem na minha comitiva.

Nessa altura já tínhamos na área da indústria quase 300 trabalhadores amotinados nos galpões onde dormiam e os donos entrincheirados nas instalações ainda não destruídas da indústria.

O cenário que vi era lamentável e preocupante: mais parecia um cenário de um filme de guerra, com carros, ônibus e tratores queimados no meio do caminho entre os galpões e a sede da indústria, e uma linha imaginária entre os dois contedores que obedecia a uma ordem, qual seja “daqui em diante não passe”. É bem verdade que não vi corpos de trabalhadores, mas todos diziam que havia inúmeros nos canaviais afora.

Bom, pensei, tenho que tentar conciliá-los na parte trabalhista pelo menos e iniciei meu trabalho reunindo-me com o grupo de trabalhadores onde estavam amotinados. A Polícia Federal, a princípio, não achou conveniente, mas resolvi assumir, eu e a Unídia, o risco de falar com eles primeiro e, se possível, retirar uma comissão que pudesse me acompanhar até a sede para a negociação que imaginava.

Foi uma experiência única: com a iluminação da Polícia Federal, eles aceitaram conversar comigo (foi surpreendente, pois naquelas alturas já não confiavam em ninguém!), pude ouvi-los nas suas críticas, os maus-tratos que diziam sofrer, as brigas, as mortes, enfim, deixei que desabafassem bastante enquanto ia identificando os líderes do movimento e, dentre esses, os que poderiam manter um diálogo mais compreensível.

O mais curioso, depois do nosso tenso diálogo, foi que os convidei a me acompanhar até a sede da indústria e, de logo, disseram que seria impossível porque os donos do empreendimento e seus capangas os matariam. Havia, na realidade, uma linha imaginária em que tanto trabalhadores quanto empregadores não ultrapassavam por respeito mútuo.

Tive, assim, que emprestar-lhes a minha promessa de que nada lhes aconteceria enquanto eu estivesse ali, sempre sob o aconselhamento da Polícia Federal no sentido de não fazê-lo por estrito cumprimento do dever de assegurar minha incolumidade física.

Comprei essa briga: mandei avisar na sede da empresa que iria até lá com uma comissão de trabalhadores para iniciar nossa negociação que, antes, era apenas uma simples notificação pelo Oficial de Justiça de uma reclamação trabalhista ajuizada no foro de Dourados.

Para simplificar, foi muito tenso todo o trajeto, exatamente porque não poderia antever nem sequer imaginar a reação das partes, mas, repito, se a Unídia enfrentava aquilo tudo com muito humor e disposição, eu também poderia fazê-lo, e fomos, sempre acompanhados dos nossos diligentes e prestativos seguranças e da Polícia Federal.

Na empresa, como qualquer negociação entre empregadores e trabalhadores, tive que munir-me de paciência e tolerância para ouvi-los, deixei que cada um dissesse o que quisesse, fiz várias reuniões conjuntas e separadas, para, ao final do dia, entabular o seguinte acordo: eles completariam o corte da cana que já estava bem ao final e eu acompanharia com a Unídia o pagamento das parcelas rescisórias e outras eventualmente devidas aos trabalhadores pessoalmente, em dinheiro, além da contratação dos ônibus para levarem nossos amigos nordestinos ao seu destino (eram preponderantemente maranhenses e paraibanos).

Final feliz para a parte trabalhista, não sei como ficou a parte cível e criminal, pois em seguida fui promovido para o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e não pude acompanhar o seu desfecho. Um dia, por curiosidade, vou tentar resgatar melhor essa história toda.

Ao final de 1992 saiu minha promoção para o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, com sede em Cuiabá, e de lá tenho as melhores lembranças, inclusive quando fui indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para acompanhar a instalação física da Corte Regional.

Nessa ocasião pude experimentar uma amizade muito bacana com os servidores Policarpo (administração), Luiz (engenheiro) e José Antônio de Abreu (assessor da presidência do TST) e conferir o quão são dedicados nossos valorosos servidores.

Uma das situações mais inusitadas que vivi foi quando fomos lançar a pedra fundamental de um terreno que recebemos em doação do Governo do Estado de Mato Grosso, onde já havíamos gasto boa quantia do orçamento reservado à construção do edifício que abrigaria a Corte Regional e as JCJs – despesas preliminares de terraplenagem e fundação, etc. –, pois ao chegar ao local tinha um batalhão da Polícia Militar cercado todo o terreno com forte armamento.

## 75 ANOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Foi um constrangimento muito grande, pois estávamos com todos os nossos convidados, muitos deles de fora, e também convidados do Governador do Estado, que se fazia presente com uma grande comitiva.

Sem saber o que fazer, nem muito menos o que estava acontecendo, nos preparamos para deixar o local e tomar as providências cabíveis quando nossa Presidente Guilhermina de Freitas foi abordada pelo General de Brigada, à época comandante da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, para saber se ela desejava reunir força militar federal para fazer frente àquela situação.

Entre o susto e as brincadeiras que eram inevitáveis naquele momento, optou a Presidente Guilhermina Freitas com todo o nosso apoio não requisitar o Exército naquele momento, evitando por certo uma verdadeira guerra na capital mato-grossense.

Já como Desembargador, pude, juntamente com uma equipe de abnegados colegas Juízes e servidores da Justiça do Trabalho, realizar inúmeros eventos jurídicos, internacionais (chegamos ao nono) e nacionais, sobretudo levando ao interior a presença de palestrantes ilustres.

O maior valor à época era conseguir levar a Cuiabá ou ao interior as figuras preeminentes do Direito, em qualquer de suas áreas, vez que poucos eventos se aventuravam nas regiões Norte e Centro-Oeste, dado a várias dificuldades, sobremaneira a ausência de voos em horários convenientes.

Estas as lembranças que me vêm rapidamente à memória, e espero tê-los entretido com um pouco da história da Justiça do Trabalho desse Juiz que já vai chegando aos 30 anos de atividade e, como visto, bastante intensa e recheada de muita honra e muito orgulho!